

CARTAS À MOCIDADE

II

A Tradição

Os teus deveres de humanidade, dizia-te eu, em parte e em tempo algum podiam ser maiores do que na terra e na época em que tu nascêste. Mas outros laços mais sólidos, porventura, te prendem ao tempo e à terra. És português, quere dizer, tens atrás de ti um passado imenso, como homem de Portugal. E a cada passo te prégam, em nome desse passado, o amor à tradição. Também eu sou tradicionalista e te venho falar da tradição. Como o filósofo inglês Bagehot, creio que o homem é uma antiguidade. Os seus instintos, pensamentos e actos mergulham raizes profundissimas no passado. E entendo que a tradição constitui um elemento primário de cultura e como tal pode volvêr-se num incentivo precioso de acção. O que importa é definir o que na tradição representa esse elemento vivo, fecundo e activo.

Mas teremos nós outros, em verdade, uma tradição? Isto é, tipos de homem, processos ou sistemas de vida, que possam apresentar-se como outros tantos paradigmas? Se, de facto, o tempo, em sua lenta gestação criou esses modelos, havemos forçosamente de procurá-los na época em que a actividade nacional atingiu o zenite, quere dizer, desde os fins do xiv até aos meados do xvi século. Com efeito, durante esse período, nós conquistamos um posto dos mais honrosos na história da civilização humana. E só este facto supõe uma superior consciência colectiva.

Falemos, pois, de história, tanto mais que tenho a dar-te algumas belas novidades.

Tem-se affirmado até aqui que a nossa obra dos descobrimentos se realizou à custa de prodígios de audácia aventureira e que, à formação da ciência náutica portuguesa, presidiram, inspirando-a, sábios estrangeiros. Compôs-se assim uma falsa história, em que entramos apenas com o nosso valôr, definindo-se por ela o português dos descobrimentos como um tipo de aventureiro e de impulsivo, tutelado na sua ignorância pela ciência estrangeira. A sua mesma audácia os historiadores estrangeiros limitaram, ao afirmar que até ao aparecimento de Colombo, todos os nossos descobrimentos se fizeram ao longo da costa e por vezes com excessos de cautela. Colombo, esse, teria sido o iniciador

heroico das viagens no mar largo. Nada mais falso de que tal concepção desse período da nossa história. Documentos, quasi todos inéditos, que nos últimos anos se tem publicado, permitem refazer completamente a história dos descobrimentos portugueses. Pondo de parte qualquer veleidade de dissertação erudita, queremos apenas apontar aqui as conclusões a que esses e os nossos estudos nos levaram:

1.º Nós, os portugueses, fomos não só os verdadeiros criadores da arte de navegar, como demos um caracter novo à ciência geográfica. Os trabalhos de Joaquim Bensaúde e Luciano Pereira da Silva, cujas conclusões foram, na sua maioria, aceites pela ciência estrangeira, provam a originalidade da ciência náutica portuguesa. (1) Sendo certo que muitos estrangeiros auxiliaram, mais do que até aqui se tem julgado, a obra nacional dos descobrimentos, não é menos verdade que Sagres e Lisboa foram as verdadeiras escolas da arte de navegar durante a Renascença.

2.º A obra dos descobrimentos obedeceu a um plano, metodicamente estudado e concebido pelo Infante D. Henrique e dilatado por D. João II. Esse plano, que visava, na essência, o monopólio do comércio do Oriente, mas que envolvia uma alta consciência dos seus fins civilisadores, deu aos dirigentes nacionais conhecimentos geográficos de tal alcance, que D. João II adoptou e D. Manuel seguiu, em volta deles, uma politica de sigilo para evitar a concorrência dos estranhos. Felizmente a Itália e a Espanha, as duas nações mais visadas pela nossa empresa descobridora, mantinham em Lisboa embaixadores e espiões, adrede enviados a desvelar-nos os segredos. O conhecimento de muitos dos factos mais importantes desse período da história nacional deve-se à publicação, nos últimos anos feita, dos contemporâneos documentos guardados nos arquivos de Veneza, Roma, Florença, Modena, Espanha e Dinamarca. Em face deles tem-se ainda de admitir que em Portugal, em obediência a essa politica

(1) O illustre professor Dr. Luciano Pereira da Silva publicará em breve um novo trabalho, cuja essência por gentileza sua conhecemos, no qual documenta a saciedade aquella afirmação.

de sigillo, eram metódicamente sequestrados os documentos, que convinha occultar e os próprios cronistas calavam muitos dos factos do seu conhecimento. Assim se explica que Rui de Pina e Garcia de Rezende, que estiveram nos mais altos segredos do Estado, escondam, nas suas crónicas de D. João II, a narração do descobrimento da Índia por terra, realizada por Afonso de Paiva e Pero da Covilha e o descobrimento do Cabo Tormentoso por Bartolomeu Dias, — dupla chave da empresa do Gama, e os esforços empregados pelos delegados de D. João II nas negociações de Tordesilhas, defendendo a presumida posse de terras do Occidente, o que só por si deixa prever o conhecimento duma grande parte da América. Os próprios monarcas forjavam com aquele fim documentos falsos. D. Manuel comunica aos Reis Católicos o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, quando hoje sabemos que pelo menos já Duarte Pacheco visitara por sua ordem aquela região da América, dois anos antes. Esse facto, que alguns professores de história ainda desconhecem em Portugal, já é reconhecido no estrangeiro por historiadores da autoridade de Vignaud.

3.º Não só temos direito à prioridade no descobrimento da América, como à da sua concepção continental. Uma obra recente do escritor dinamarquês Sofus Larsen deixa prever que o Infante D. Henrique tentou alcançar a Índia pelo Occidente. Esse plano foi pelo menos posto em prática pelos seus continuadores. Os documentos dinamarqueses comentados por Larsen provam que, pelo menos, em 1473, Portugal, com o auxilio dos navegadores noruegueses, tentou, com aquele fim, a passagem do Nordeste e teve conhecimento da América do Norte até à foz do S. Lourenço. Entre outros documentos ultimamente conhecidos e valorizados, o mapa de Cantù, da Biblioteca de Modena, prova insofismavelmente a nossa prioridade na concepção continental da América e a realização de viagens clandestinas anteriores a 1502 que levaram aquêle conhecimento. A nossa prioridade no descobrimento da América começa igualmente a ser reconhecida por outros historiadores estrangeiros, como Vignaud.

4.º A obra dos descobrimentos portugueses deve-se a uma continuidade e grandeza de plano, persistencia na acção, segurança de método e espirito de organização admiráveis. Todas as fases dessa empresa se encadeiam logicamente, visando sempre os mesmos objectivos. Cada expedição guiava-se por instruções escritas, em que o cuidado organizador e a previsão iam às ultimas minúcias. Portugal aproveitou o auxilio de estrangeiros, sem que esse facto affectasse alguma vez a proeminencia da sciencia e do plano nacional. E muitos dos realizadores dessa empresa assombrosa, criadores de sciencia, descobridores de mundos, obedeceram com tamanha disciplina ao plano nacional, que sacrificaram o que ha de mais caro ao coração do homem, a mesma glória das suas façanhas espantosas. Deve dizer-se também que a disciplina não excluía o espirito de independencia. Muito pelo contrario. Duarte Pacheco, um dos descobridores da Africa e da América, cosmografo cuja obra revela o mais puro e desinteressado espirito scientifico, que se sujeitava, modelo de servidor disciplinado, a guiar Cabral ao Brasil, como suposto descobridor duma região, que elle anteriormente visitara, quando se dirige em carta ao Rei, exigindo a paga dos serviços aos seus soldados de Cochim, fá-lo com áspera e liberrima censura. O mesmo teatro português, que nasce desse esplendor da consciencia nacional, revela a mesma franca e irreverente independencia do espirito.

Aqui residem os motivos essenciais da grandeza nacional naquela época. E se possuímos alguma grande tradição

deve ser esta apenas. E agora medita bem: sob as mesmas formulas externas, a nação falhu noutras épocas da sua história. É que há duas espécies de tradição: — a da forma e a da essencia; a do aparato exterior e a da força intima; a da escravidão as formulas estereis e a da livre sequencia no esforço criador. Por mim não te aconselho nem as ordenações alfonsinas, nem o gibão de veludo, ou a besta de guerra desse tempo. O Principe Perfeito, tanto como um estadista português, foi um representante da política europeia daquela época. Portugal ensinava e aprendia com todo o mundo. O que torna em verdade fecunda e gloriosa aquella época é o espirito de disciplina e organização, a alicia descobridora, o acto de criação heroica e esse alto espirito cosmopolita.

Aí tens uma nobre e gloriosa tradição. Dir-me hás que se acabaram os mundos novos. Enganas-te. Cada geração tem um mundo novo a descobrir. O que outrora se realizou à superficie, realiza-o agora na profundidade. Hoje são infinitamente mais vastos os mundos da acção e os do espirito. Se queres ser, em verdade, um descobridor, se audacioso, disciplinado, persistente, realiza com o mesmo poder de sacrificio e desejo criador e, crê, como os teus Avós, hás de aportar aos mundos novos.

JAIME CORTESÃO.

* * * * *

Ministério da Instrução

Na 3.ª página da Manhã de 24 de Novembro, vem inserta uma carta do sr. ministro da Instrução, assinada pelo sr. A. M. Andrade, que nos dizem ser professor e funcionário do C. S. de Finanças. Não nos preocupam os homens, para os poupar, os atacar ou lhes dar crédito, mas simplesmente os factos e as ideias. Estamos acima das paixões pessoais, das nossas simpatias e das nossas animadversões. Interessam-nos todos os casos que recaiam sob a alçada moral da nossa missão.

Numa epoca de penúria angustiosa, de fome, de sacrificios, alguns dos mais altos funcionários do Ministério da Instrução disfrutavam uma situação que por suas próprias mãos ajudaram a criar. Pelo dec. n.º 5617, de 12-Maio-1919, esses altos funcionários ficaram percebendo integralmente os vencimentos de dois e três lugares, sem accumularem as respectivas funções. Um deles recebe integralmente os seus vencimentos como director geral e como professor do Liceu, sendo-lhe pagas as 3 a 5 horas semanais de serviço, no último ano, como extraordinárias, com gratificação especial. Nesse ano recebeu só do liceu 2.008\$30. O outro accumula os ordenados, e não accumula as funções, de chefe de repartição do ensino secundário, de lente da Faculdade de Letras e de professor do Liceu. No último ano lectivo, só pelo Liceu recebeu 2.527\$07 e o seu serviço de aulas era apenas o extraordinário, à razão de nove horas por semana, para receber a gratificação especial. Este último funcionário foi nomeado sem concurso para a Faculdade de Letras de Lisboa, sob o pretexto de defesa e dignificação do ensino da República, só apresentou programma de lições, nunca deu uma aula e recebe vencimentos há mais de dois anos. A Faculdade não lhe distribui serviço, porque os alunos não consentiriam o funcionamento da aula. A sua situação é cada vez mais estranha e insustentável, depois que a Faculdade abriu novos concursos.